

# Lógica Geral e Lógica Transcendental: as origens lógicas da *Crítica da razão pura* de Kant

[General Logic and Transcendental Logic: the logical origins of Kant's *Critique of pure reason*]

Luís Eduardo Ramos de Souza<sup>1</sup>

Universidade Federal do Pará (Belém, Brasil)

DOI: 10.5380/sk.v23i1.96669

## Resumo

O objetivo geral deste trabalho é expor e cotejar a lógica geral de Aristóteles e a lógica transcendental de Kant, do ponto de vista das suas divisões internas, a fim de mostrar suas semelhanças e diferenças. O problema examinado aqui é o seguinte: de onde se origina a forma e o conteúdo das divisões da “Lógica transcendental”, da *Crítica da razão pura*? A hipótese defendida é que, quanto à forma, tais divisões se originam da partição da lógica Aristotélica e, quanto ao conteúdo, provêm da concepção da lógica de Wolff – sendo aqui enfatizada, por questão de delimitação, apenas a análise formal. Ao final, pretende-se mostrar que a concepção geral da lógica transcendental, elaborada inicialmente na *Crítica da razão pura* e reproduzida posteriormente nas outras duas *Críticas*, resulta desta dupla influência oriunda da lógica de Aristóteles e Wolff sobre a filosofia teórica de Kant. **Palavras-chaves:** lógica transcendental; lógica aristotélica; metafísica; analítica; dialética; método.

## Abstract

The general objective of this work is to expose and compare Aristotle's general logic and Kant's transcendental logic, from the point of view of their internal divisions, in order to show their similarities and differences. The problem examined here is the following: where do the form and content of the divisions of “Transcendental logic”, of the *Critique of pure reason*, originate? The hypothesis defended is that, in terms of form, such divisions originate from the division of Aristotelian logic and, in terms of content, they come from the conception of Wolff's logic - being emphasized here, for the sake of delimitation, only the analysis formal. In the end, I intend to show that the general conception of transcendental logic, initially elaborated in the *Critique of pure reason* and later reproduced in the other two *Critiques*, results from this double influence originating from the logic of Aristotle and Wolff on Kant's theoretical philosophy.

**Keywords:** transcendental logic; Aristotelian logic; metaphysics; analytics; dialectic; method.

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: shuniatta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6748-5933>.

## Introdução<sup>2</sup>

É comumente sabido que a divisão interna da *Crítica da razão pura* serve de base para a divisão das duas outras *Críticas* — a *Crítica da razão prática* e a *Crítica do juízo*. Com efeito, surge naturalmente a seguinte questão: de onde provém a divisão interna da *Crítica da razão pura*? Em princípio, há dois modos de responder esta questão: quanto à forma, pode-se afirmar que a divisão interna da KrV imita a divisão geral da Lógica Aristotélica, tal como concebida por Kant; quanto à matéria, pode-se dizer que Kant imita de Wolff o conteúdo metafísico, epistemológico e semântico inserido na Lógica Transcendental. Por questão de delimitação, a hipótese aqui defendida restringir-se-á apenas ao ponto de vista formal — sendo que o esclarecimento do ponto de vista material pode ser encontrado no artigo de Bordignon (2017), intitulado *Lógica formal, transcendental e especulativa*, aqui referido e suposto para compreender este aspecto da questão.

Em linhas gerais, segundo Bordignon, Wolff introduz um novo conceito de Lógica na filosofia alemã à medida que a concebe sob duplo aspecto: o formal (relativo à doutrina do conceito, juízo e raciocínio) e o material (relativo à investigação da verdade). A novidade de Wolff consiste precisamente nesta investigação material da Lógica — que, no fundo, pode ser considerada uma reinterpretação da doutrina do método presente na Lógica de Port-Royal (a ser vista adiante) — em cuja parte ele introduz reflexões de caráter epistemológico (sobre a natureza geral do conhecimento), ontológico (sobre a referência do conhecimento aos entes em geral) e psicológico (acerca das faculdades de conhecimento). Para a autora, a viragem kantiana reside justamente no aspecto semântico, isto é, no fato de Kant, mediante a Lógica Transcendental, superar o caráter ontológico ainda abstrato da semântica de Wolff (cuja referência são os entes em geral) por meio de uma semântica mais concreta (cuja referência são os objetos da experiência em geral). A principal diferença deste trabalho em relação à abordagem de Bordignon consiste em enfatizar o aspecto formal das relações entre a Lógica Geral e a Lógica Transcendental, o qual foi mencionado superficialmente pela autora que enfocou mais o aspecto material destas relações.

Além disso, em certo sentido, pode-se dizer que a tese aqui defendida se aproxima daquela sustentada por Longuenesse (2019) à medida que ambas enfatizam o papel relevante da Lógica Geral em relação à Lógica Transcendental, porém com a diferença de que esta autora focaliza a relação entre as duas Lógicas sob um aspecto particular (o ‘fio condutor’ lógico para a descoberta das categorias e suas repercussões), ao passo que este texto destaca tal relação sob um aspecto geral e estrutural (forma e conteúdo). De um lado, Longuenesse defende a tese de que o ‘fio condutor’ é o movimento ascendente (de baixo para cima) decisivo que conduz da tábua dos juízos, na Lógica Geral, à descoberta (do sistema e da significação) da tábua das categorias, na Lógica Transcendental — o qual é, por sua vez, articulado com o movimento descendente (de cima para baixo) das categorias às formas lógicas a título de aquelas serem a origem e determinação destas últimas (2019, p. 20, 31, 39, 42, 128)<sup>3</sup>. De outro lado, diferentemente, este texto enfatiza, de um ponto de vista estrutural, que a Lógica Geral empresta à Lógica Transcendental, quanto à forma, os títulos e os temas gerais das divisões internas destas duas doutrinas lógicas, e quanto à matéria, a Lógica de Wolff fornece os conteúdos filosóficos desenvolvidos nestas partes da Lógica Transcendental — cuja herança de Aristóteles a Kant é realizada via as sistematizações da Lógica Geral feita por Arnauld e Nicole (*Lógica de Port-Royal*, 1683) (Arnauld e Nicole, 2016),

2 As citações da obra de Kant são feitas conforme a Edição da Academia (formato eletrônico). Para a *Crítica da Razão Pura*, abreviada aqui por KrV, foi utilizado o padrão de citação convencional A (AA 04; 1781) e B (AA 03; 1787) seguido da respectiva paginação. Foi também abreviada por *Log a Lógica Jäsche* (AA 09; 1800).

3 No fundo, a tese central de Longuenesse consiste em destacar a relevância do movimento ascendente do ‘fio condutor’ que vai dos juízos às categorias e de conciliá-lo (aparentemente, de modo sutil e escasso) com o reconhecido movimento descendente das categorias aos juízos (2019, p. 128). Desta tese do ‘fio condutor’, a autora explora duas consequências principais: contesta a interpretação de Cohen, Heidegger e Strawson de que a tábua dos juízos seja secundária ou arbitrária (Longuenesse, 2019, p. 29-31), e evidencia uma conexão, por esta via ascendente, entre a *Primeira* e a *Terceira Crítica* (Longuenesse, 2019, p. 24).

Wolff (*Filosofia racional*, 1749) e Meier (*Suma da doutrina da razão*, 1752)<sup>4</sup>.

Quanto à questão da forma da Lógica Transcendental – principal objeto deste artigo – Kant mantém, na *Crítica da razão pura*, as duas principais divisões da Lógica Aristotélica, tal como por ele entendida (a saber, a “Doutrina dos elementos” e a “Doutrina do método” e, na primeira parte, a “Analítica” e a “Dialética”), bem como distribui na “Lógica transcendental” elementos semelhantes contidos nestas partes da Lógica Geral – “Doutrina dos conceitos, dos juízos e dos raciocínios”. Neste sentido, pode-se dizer que Kant realiza uma transposição e adaptação das principais partes ou divisões Lógica Geral para a sua Lógica Transcendental, incluindo revisões profundas naquela, tal como a inclusão de um tópico extra lógico, que foi extraído da Lógica Geral (i.e., da teoria das categorias aristotélicas) e redirecionado para formar uma parte independente, chamado de Estética Transcendental, com objetivo de tratar exclusivamente do espaço e do tempo – a qual representa uma contribuição bastante original de Kant, na *Crítica da razão pura*.

De modo geral, Kant chama a lógica de Aristóteles de *Lógica Geral Pura* ou, às vezes, por simplicidade, apenas de *Lógica Geral* – embora esta última expressão não seja totalmente rigorosa, de acordo com o seu próprio ponto de vista – sendo que aqui, por vezes, por facilidade, a Lógica Aristotélica será chamada também de Lógica Formal à medida que é considerada por ele como uma ciência da forma<sup>5</sup>.

O desenvolvimento deste tema será baseado em duas obras principais de Kant: a *Crítica da razão pura* (1787) e a *Lógica de Jäsche* (1800)<sup>6</sup>. Internamente, o texto está dividido em três partes principais, em que a primeira trata das divisões de Kant sobre a Lógica Aristotélica, a segunda das divisões da Lógica Transcendental e a terceira do cotejo das divisões destas duas Lógicas.

## 1. Divisão Geral da Lógica Aristotélica por Kant

Do ponto de vista formal, Kant realiza ao menos duas divisões gerais da Lógica Aristotélica, uma na *Crítica da razão pura* (1787) e outra na *Lógica* (1800), as quais coincidem em alguns aspectos e diferem em outros, inclusive na terminologia empregada nas duas obras (ver nota de rodapé 8). De modo geral, a divisão da Lógica Aristotélica, presente na *KrV*, tem as suas partes encadeadas ou subordinadas umas às outras, ao passo que, na *Lógica*, aparecem também algumas partes justapostas ou independentes daquelas.

Do ponto de vista material, conforme sublinha Bordignon (2017, p. 315-317), Kant recebe influência da Lógica de Wolff, na sua concepção da Lógica Aristotélica e na elaboração da própria Lógica Transcendental, como por exemplo nas partições internas de ambas e, especialmente, na função ontológica (sintaxe subjetiva das faculdades cognitivas) e epistemológica (semântica objetiva referente à experiência possível) da última.

Abaixo, segue uma explanação geral das divisões da Lógica Aristotélica nestas duas obras de Kant, com ênfase no aspecto formal.

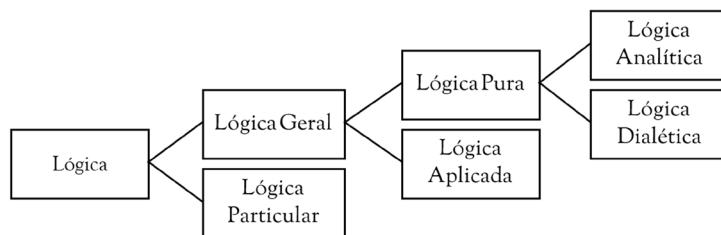
4 Algumas pistas desta herança filosófica são indicadas pelo próprio Kant e Jäsche (*Log*, AA 09: 03-06, 21), o último dos quais cita Jakob que sugere que a Lógica Transcendental já estava implícita na Lógica de Wolff (*Log*, AA 09: 06). Ver também Longuenesse (2019, p. 31, 124, 131 8n, 154-5, 167 1n). Castilho escreve: “a comparação entre os manuais wolffianos e a dita produção paralela [da Lógica Geral] pode abrir uma porta para o que já foi chamado de o laboratório de Kant” (Castilho, 2014, p. 17).

5 Longuenesse observa que Kant foi o primeiro a chamar a Lógica Aristotélica de Lógica Formal (Longuenesse, 2019, 124).

6 Infelizmente, não foi possível ter acesso aos manuais de Lógica Aristotélica que Kant consultou para a elaboração da sua própria concepção desta Lógica, tais como a Lógica de Wolff, Baumgarten e Meier, conforme ele próprio indica (*Log*, AA 09: 21), além das outras edições dos seus Cursos de Lógica, feitas por Blomberg e Philippi.

## 1.1- Divisão geral da Lógica Aristotélica na Crítica da razão pura (1787) de Kant

Na KrV (B 74ss), Kant divide três vezes a Lógica Aristotélica em duas partes: primeiramente, divide-a em Lógica Geral e Particular; em seguida, divide a primeira em Pura e Aplicada; finalmente, subdivide a Lógica Geral Pura em Analítica e Dialética. Em termos precisos, Kant identifica a Lógica Aristotélica ou Formal, propriamente dita, a esta divisão especial, denominada por ele de Lógica Geral Pura Analítica. Abaixo, o *Quadro 1* resume esta divisão geral da Lógica Aristotélica, na visão de Kant:



Quadro 1 - Divisão geral da Lógica Aristotélica, na KrV (1787), segundo Kant. A Lógica de Aristóteles é uma ciência formal, chamada de Lógica Geral Pura Analítica – que aparece no ramo superior do esquema.

Inicialmente, conforme o *Quadro 1*, Kant divide a Lógica Formal em duas partes: (i) a Lógica Geral, que estuda a forma ou as regras necessárias do pensamento, sem levar em conta o seu conteúdo ou objetos; (ii) a Lógica Particular, que estuda as regras do pensamento aplicadas ao conhecimento de certos objetos particulares e, neste caso, trata-se de um de *órganon* específico de cada ciência.

Por sua vez, a Lógica Geral é dividida em duas partes: (iii) a Lógica Geral Pura, que estuda as regras necessárias do pensamento sem considerar as condições empíricas ou subjetivas ligadas ao exercício do entendimento; (iv) a Lógica Geral Aplicada, que estuda as regras empíricas e subjetivas presentes na atividade formal do pensamento, razão pela qual pertence ao ramo da Psicologia e não da Lógica, propriamente dita, e deve ser considerada como um catártico do entendimento comum, e não um *órganon* ou cânon da ciência (KrV, B 77-78; Log, AA 09: 18).

Este ponto da divisão da Lógica (Pura e Aplicada) é relevante para destacar a crítica de Kant ao psicologismo na Lógica, na medida em que ele admite um ramo da Lógica que possui investigações psicológicas – a Lógica Aplicada – ao passo que nega tais investigações ao outro ramo – a Lógica Pura – sendo que somente esta última é uma ciência formal pura, propriamente dita. A Lógica Aplicada admite investigações de caráter empírico, contingente e subjetivo, ligadas às diversas circunstâncias concretas presentes na produção do conhecimento (p. ex., a memória, a imaginação, o hábito, a inclinação etc.) e que a aproxima do campo da Psicologia. Porém, a Lógica Pura abstrai de todas estas condições materiais e considera apenas a forma do pensamento, o que a caracteriza, portanto, como uma ciência formal autônoma, completamente independente da Psicologia.

Por fim, a Lógica Geral Pura é dividida em duas partes<sup>7</sup>: (v) a Lógica Analítica, que estuda todos os princípios e formas do pensamento e o conceito de verdade formal, entendido enquanto coerência das formas do pensamento as suas próprias leis formais, sendo, neste sentido, considerada uma lógica da verdade para todo o conhecimento em geral e um cânon para todo conhecimento; (vi) a Lógica Dialética, que estuda o conceito problemático de verdade material na Lógica, sendo vista como uma lógica da ilusão ou aparência à medida que faz um uso incorreto das leis formais do pensamento no intuito de ampliar o conhecimento e induz a

7 Kant: “A Lógica divide-se: na Analítica e na Dialética” (Log, AA 09: 16). Ver também: “A Lógica atual deriva da Analítica de Aristóteles [...]. Ele a expôs como um *órganon* e dividiu-a numa Analítica e numa Dialética” (Log, AA 09: 20).

produção de falácias ou sofismas (KrV, B 84-6, *Log*, AA 09: 16).

Este ponto da divisão da Lógica Geral (Analítica e Dialética) é importante por revelar a concepção de Kant sobre a semântica da Lógica, a qual põe em destaque a discussão sobre o conceito de verdade nesta ciência, cujo parecer de Kant é que se trata de um problema que deixa os lógicos sempre em apuros quando se lhes pergunta: “o que é a verdade?” (KrV, B 82). Resumidamente, a posição de Kant é que Lógica possui apenas um conceito de verdade formal (definida pela Lógica Analítica), mas não de verdade material (pretendida equivocadamente pela Lógica Dialética). Convém destacar dois principais argumentos de Kant para defender que o conceito de verdade material é problemático nesta ciência: (i) porque a Lógica é uma ciência formal e não material, o que implica que seus objetos são somente as formas do pensamento sem conteúdo (intuitivo) fora dele – embora o conceito de verdade depende necessariamente da matéria ou conteúdo intuitivo; (ii) porque é contraditório formular um conceito material de verdade na Lógica à medida que, por definição, é uma ciência formal que abstrai de todo conteúdo ou matéria, de modo que a Lógica possui apenas um conceito de verdade formal (coerência interna) e não de verdade material (correspondência externa). Assim, toda pretensão semântica da Lógica em produzir verdade material (ou sintética), e não apenas verdade formal (ou analítica, no sentido de coerência interna), implica na criação de ilusões ou aparências de conhecimentos (KrV, B 82-6; *Log*, AA 09: 17). Para Kant, estes dois problemas é que tornam inviável a construção de uma semântica consistente para a Lógica e que, portanto, deixam sempre os lógicos em dificuldades diante da questão da verdade.

Em resumo, o *Quadro 1* oferece uma visão conclusiva sobre a concepção de Kant da Lógica Formal, extraída a partir do último ramo superior, a saber: para Kant, a Lógica Aristotélica é entendida como uma ciência formal, denominada de Lógica Geral Pura Analítica, ou simplesmente, Lógica Analítica, cujo objeto de estudo são as formas necessárias e universais (*a priori*) do pensamento.

## 1.2- Divisão geral da Lógica Aristotélica na Lógica (1800) de Kant

Na *Lógica* (1800), Kant realiza várias divisões da Lógica Aristotélica, com destaque para duas passagens: a introdução e o sumário principal. De modo geral, a diferença destas duas divisões consiste em que, na introdução, Kant reúne e seleciona diversas divisões da Lógica em sua época, ao passo que, no sumário principal, ele mantém apenas as divisões da Lógica que passaram no crivo crítico discutido na parte introdutória.

Em primeiro lugar, quanto à introdução da *Lógica*, no item dois (AA 09: 16-21), Kant oferece cinco divisões da Lógica, das quais algumas coincidem entre si e outras são eliminadas. As cinco divisões da Lógica são, na ordem citadas por ele, as seguintes: (i) Analítica e Dialética; (ii) Artificial (Científica) e Natural (Popular)<sup>8</sup>; (iii) Teórica (Elementar) e Prática<sup>9</sup> (Método); (iv) Pura e Aplicada; (v) Uso Comum e Uso Especulativo. De um lado, são eliminadas como não pertencentes à ciência da Lógica as seguintes três subdivisões: Lógica Aplicada, Lógica do Uso Comum e Lógica do Uso Especulativo. De outro, coincidem quanto à definição correta da Lógica as seguintes quatro subdivisões: Analítica, Artificial, Teórica (Elementar) e Pura – as quais são vistas enquanto ciência formal do pensamento.

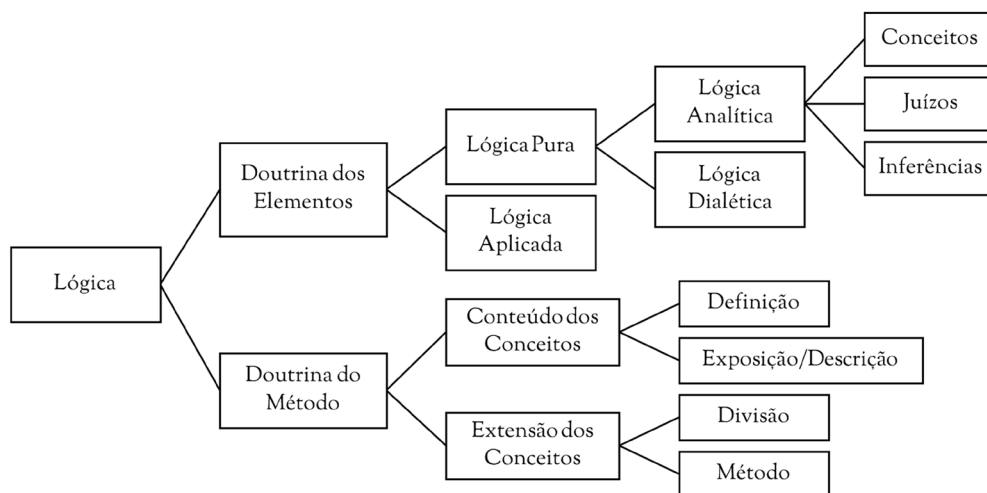
A triagem crítica destas divisões da Lógica, feita por Kant, é dada como segue. Quanto à divisão (i), ele mantém ambas as partes porque contêm a principal divisão da Lógica, na medida em que a Lógica Analítica estuda a verdade formal que contêm as regras para a autocorreção

8 Bordignon (2017, p. 316-317) destaca que esta divisão da Lógica em Natural e Artificial, está presente em Wolff, respectivamente, a título de uma espécie de lógica de primeiro grau (ligada ao entendimento comum) e lógica de segundo grau (associada ao entendimento formal).

9 Na KrV, Kant chama esta parte da Lógica Prática (que contém as regras formais sobre objetos particulares) de Lógica Particular ou Especial (KrV, B 76).

do pensamento em geral, independente de qualquer objeto, ao passo que a Lógica Dialética estuda as ilusões ou aparências lógicas produzidas pelo uso ou aplicação incorreta das regras formais. Quanto à divisão (ii), ele mantém a Lógica Artificial por corresponder ao conceito de ciência das regras *a priori* do pensamento, enquanto exclui a Lógica Natural ou Popular por conter apenas regras empíricas e antropológicas do entendimento comum. Quanto à divisão (iii), Kant conserva ambas as partes: a Lógica Teórica, Geral, Elementar ou Dogmática, cujo objeto de estudo são as formas necessárias do pensamento em geral; e a Lógica Prática ou Técnica que contém tanto as regras formais do pensamento relativas aos objetos particulares das ciências quanto as regras relativas ao método para a ordenação do conhecimento. Quanto à divisão (iv), ele retém a Lógica Pura que estuda as formas do pensamento, ao passo que elimina a Lógica Aplicada por ser de caráter psicológico e, portanto, empírico e contingente. Por fim, quanto à divisão (v), Kant elimina ambas as partes como incorretas sob o argumento de que a Lógica do Uso Comum contém apenas regras particulares do senso comum e a Lógica do Uso Especulativo é suposta como um *organon* ilusório do conhecimento, e não apenas como propedêutica.

Em segundo lugar, quanto ao sumário principal deste livro, Kant divide a Lógica Aristotélica em duas partes centrais: a Doutrina Geral dos Elementos e a Doutrina Geral do Método. A Doutrina Lógica dos Elementos tem três divisões principais, que tratam dos três principais elementos da Lógica Aristotélica: a Doutrina dos Conceitos, a Doutrina dos Juízos e a Doutrina das Inferências. A Doutrina Lógica do Método é dividida em duas partes, que tratam de um estudo especial dos conceitos quanto à distinção sob duplo aspecto: o Conteúdo e a Extensão dos Conceitos<sup>10</sup>. Por sua vez, ele subdivide o estudo do Conteúdo dos Conceitos em duas partes (Definição e Exposição/Descrição dos Conceitos) e o estudo da Extensão dos Conceitos também em duas partes (Divisão dos Conceitos e Métodos). Abaixo, o *Quadro 2* resume a divisão geral da Lógica Geral na perspectiva do sumário da *Lógica*, de Kant:



Quadro 2 - Divisão geral da Lógica Aristotélica, na *Lógica* (1800) de Kant. A Lógica Geral de Aristóteles é uma ciência ou doutrina dos elementos, chamada de Lógica Pura Analítica, que trata do estudo dos conceitos, juízos e inferências – que aparece no ramo superior do esquema.

Inicialmente, observa-se que o *Quadro 2* (da *Lógica*) tem o ramo superior praticamente idêntico ao do *Quadro 1* (da *KrV*), sendo coincidentes as definições destas divisões da Lógica Aristotélica nestes dois livros. Contudo, há duas diferenças que aparece no *Quadro 2*: a primeira

<sup>10</sup> Em certo sentido, a Doutrina Lógica do Método é um prolongamento de várias passagens anteriores da própria *Lógica* de Kant e manifesta uma determinada sobreposição de conteúdos, como por exemplo: na introdução deste livro, a Doutrina do Método aborda os trechos que tratam da distinção em geral (AA 09: 33-36 e AA 09: 58-64); na Doutrina dos Elementos, particularmente a Doutrina dos Conceitos, aborda a parte que trata do conteúdo e extensão dos conceitos (Log, AA 09: 95-100). A diferença básica é que, na Doutrina do Método, estas passagens são aprofundadas, do ponto de vista da distinção, mediante o acréscimo de novas classificações, definições e regras sobre os conceitos.



divisão da Lógica e, de modo especial, a divisão do ramo inferior. Quanto à primeira divisão da Lógica Aristotélica, o *Quadro 2* começa com a partição em Doutrina Geral dos Elementos e Doutrina Geral do Método, ausente no *Quadro 1*, o que pode ser explicado porque, na *Lógica* (1800), Kant expõe da forma mais completa possível a Lógica Aristotélica enquanto uma ciência formal, ao passo que na *KrV* ele se limita a destacar as partes principais desta ciência que interessam ao cotejo e desenvolvimento da sua Lógica Transcendental. Apesar disso, convém notar uma pequena variação terminológica nesta primeira divisão do *Quadro 2*, pois Kant, na *KrV* (B 76), considera a Lógica Elementar como idêntica ao ramo da Lógica Geral, enquanto na *Lógica* (AA 09: 139) ele opõe a Lógica Elementar à Lógica do Método e inclui naquela a Lógica Geral e a Lógica Particular.

Quanto ao ramo inferior, a Doutrina Geral do Método – ausente na divisão da Lógica Formal, na *KrV* – Kant informa que é parte da Lógica Aristotélica que contém as regras sobre a forma da ciência em geral para alcançar a perfeição do conhecimento<sup>11</sup>, sendo que há duas principais perfeições do conhecimento: a distinção e a ordenação sistemática do conhecimento. Em linhas gerais, as regras da distinção do conhecimento tratam da reflexão sobre os conceitos quanto ao seu conteúdo (definição e exposição) e sua extensão (divisão), enquanto as regras da ordenação do conhecimento versam sobre os métodos para elaboração e ordenação do conhecimento (*Log*, AA 09: 140).

Inicialmente, Kant divide a Doutrina do Método em duas partes, baseado no critério da distinção dos conceitos: (I) Conteúdo dos Conceitos, que contém as regras para a definição e exposição distinta dos mesmos; (II) Extensão dos conceitos, que apresenta as regras para a divisão distinta deles, além das regras metodológicas.

Em primeiro lugar, Kant divide o Conteúdo dos Conceitos em duas partes: (i) Definição dos Conceitos e (ii) Exposição e Descrição dos Conceitos. De um lado, quanto à Definição dos Conceitos, ele indica regras gerais para definir conceitos e classifica duas principais espécies de definições de conceitos, a saber: (a) Definição Analítica e Sintética (ambas podem ser *a priori* ou *a posteriori*) e (b) Definição Nominal e Real. A Definição Analítica baseia-se nos conceitos dados (*a priori* ou *a posteriori*) e é produzida mediante a análise intelectual, sendo incompleta (não contém todas as notas pertencentes ao conceito). A Definição Sintética é baseada nos conceitos factícios (*a priori* ou *a posteriori*) e é dada por meio de exposição<sup>12</sup> (intuição empírica) ou construção (intuição pura)<sup>13</sup>, sendo incompleta na exposição e completa na construção. A Definição Nominal são explicações de nomes que exprimem o significado geral com a simples função de designação e distinção dos objetos. A Definição Real são explicações de coisas que contém notas sobre a determinação interna do objeto e são suficientes para o seu conhecimento.

De outro lado, quanto à Exposição e Descrição dos Conceitos, Kant explica que ambos são, no fundo, preparações para as definições de conceitos dados *a priori* (e não *a posteriori*), formulados mediante análise, com a seguinte diferença: a Exposição apresenta a lista completa das notas características dos conceitos dados, ao passo que a Descrição fornece uma lista incompleta destas características. A partir destas notas preparatórias são formuladas as definições dos conceitos dados, propriamente ditas<sup>14</sup>.

Em segundo lugar, Kant trata a Extensão dos Conceitos, composta por uma única

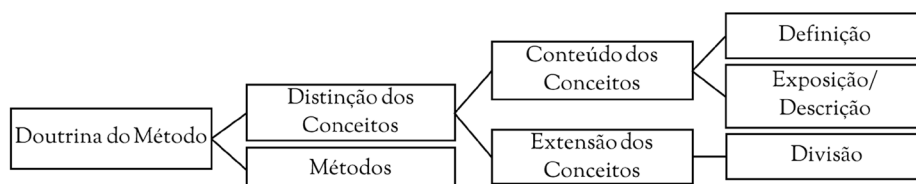
11 Para Kant, a Doutrina Geral do Método trata “(...) da forma de uma ciência em geral, ou da maneira de proceder para conectar o múltiplo do conhecimento em uma ciência”, e “(...) terá sobretudo de indicar os meios pelos quais se podem promover essas perfeições do conhecimento” (*Log*, AA 09: 139-140).

12 Nesta passagem da *Lógica*, Kant usa duas expressões distintas para “exposição”: *Exposition* (§102) e *Erörterung* (§105). Para não os confundir entre si, pode-se usar, alternativamente, no primeiro caso, o termo empregado por Loparic, “exemplificação” (2000, p. 179).

13 Neste último caso, a Definição Sintética Construtiva, estão incluídas as definições matemáticas, que Kant denomina também de Definição Genética (*Log*, AA 09: 144).

14 Apenas para completar esta classificação, Kant chama de Descrição a lista incompleta de notas referentes aos conceitos dados *a posteriori*.

parte referente à Divisão dos Conceitos, no interior da qual ele introduz um tópico relativo ao Método do Conhecimento, baseado no critério de que ambas tratam de divisões (de conceitos e métodos)<sup>15</sup>. Para fins didáticos, e considerando a possível artificialidade desta classificação de Kant, na *Lógica* (1800), considerar-se-á que a Doutrina do Método pode ser dividida em duas partes: (i) a Distinção dos Conceitos – subdividida em Conteúdo dos Conceitos (§§99-109) e Extensão ou Divisão dos Conceitos (§§110-113) – e o (ii) Método da Ciência (§§114-119). O *Quadro 3* mostra esta divisão, aqui proposta e revisada, acerca da Doutrina do Método:



Quadro 3 - Divisão revisada da Doutrina do Método mediante a separação dos Métodos como um tópico independente, e não subordinado à Extensão dos Conceitos.

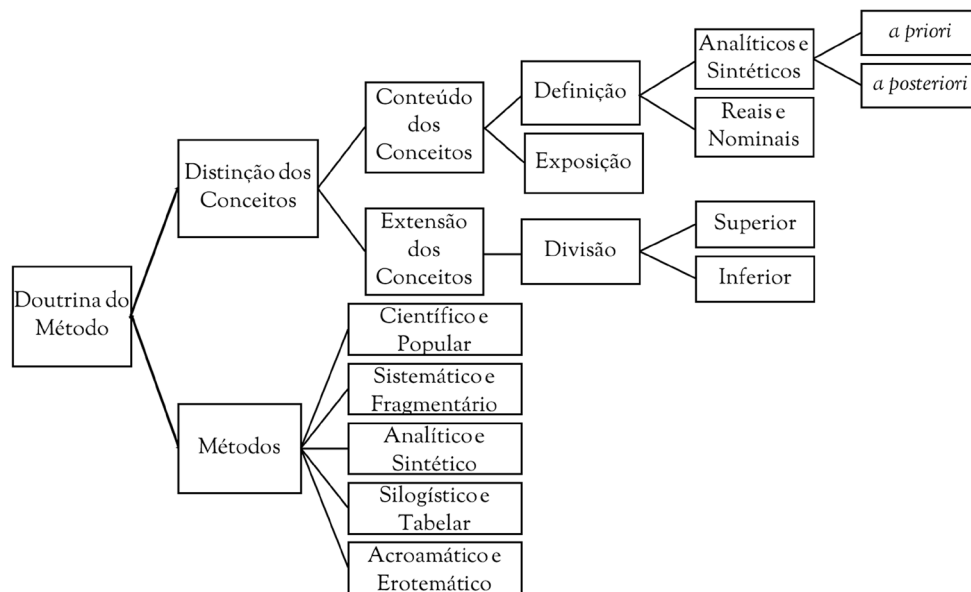
De um lado, quanto à Divisão dos Conceitos, esta parte estuda a extensão ou referência dos conceitos e tem a ver, para Kant, com o estudo das classes e regras para a divisão dos conceitos em geral do ponto de vista dos objetos contidos neles – cuja principal divisão é a seguinte: conceitos superiores e inferiores (principal divisão), os quais podem ser classificados em: (a) conceitos codivididos (divisão horizontal) e subdivididos (divisão vertical); (b) conceitos dicotômicos (divisão dupla) e politômicos (além da divisão dupla).

De outro lado, quanto ao Método da Ciência (*Log*, §§ 114-119), propriamente dito, Kant expõe os principais métodos usados na elaboração do conhecimento em geral, dentre os quais ele distingue os seguintes: (a) o método científico (fundado em princípios universais) e o popular (fundado em princípios pragmáticos); (b) o método sistemático (baseado em demonstrações) e o fragmentário (não baseado em provas); (c) o método analítico (segue do condicionado às condições/princípios) e o sintético (segue das condições/princípios ao condicionado); (d) o método silogístico (modo de exposição de uma ciência mediante cadeias de raciocínios) e o tabelar (modo de exposição de uma ciência mediante cadeias de esquemas); (e) o método acroamático (procedimento usado no ensino do conhecimento) e o erotemático (procedimento usado no questionamento do conhecimento) – sendo este último subdividido em método dialógico (usado nos conhecimentos racionais) e método catequético (usado nos conhecimentos empíricos e históricos).

Para finalizar, o *Quadro 4*, a seguir, apresenta as principais divisões da Doutrina do Método pertencente à Lógica Aristotélica, tal como concebida por Kant, com a alteração feita mediante à separação do Método como um tópico à parte:

<sup>15</sup> Na verdade, parece artificial Kant incluir o estudo do método (*Log*, §114) como uma parte do estudo da extensão dos conceitos (*Log*, §98 e §110), pois a metodologia trata de um tópico independente dos conceitos, relativa aos modos de elaboração e ordenação sistemática do conhecimento científico. Neste sentido, na sua *Lógica* (1800), a Doutrina do Método deveria conter duas partes principais, uma sobre a distinção dos conceitos (dividida em conteúdo e extensão) e a outra sobre o método. A julgar pela *Lógica de Port-Royal* (2016 [1683]), que incluía na Doutrina do Método tópicos variados sobre métodos, definições, fé e crença – o que reproduz, no fundo, a inclusão de tópicos semelhantes e diversificados, feita por Aristóteles (2010), no *Órganon* –, pode-se dizer que, entre os modernos, inclusive Kant, esta parte da Lógica reunia múltiplas temáticas sobre o conhecimento em geral e suas regras (métodos, espécies, graus, ordenação, classificação, princípios, definições etc.). Como nota Blanché, historicamente, a inclusão do estudo do método no campo da Lógica Aristotélica é feita pela *Lógica de Port Royal*, que é de inspiração cartesiana e constitui uma expansão daquela lógica mediante a inserção de vários tópicos que nela estavam ausentes ou subjacentes (Blanché, 1985, p. 182 ss).

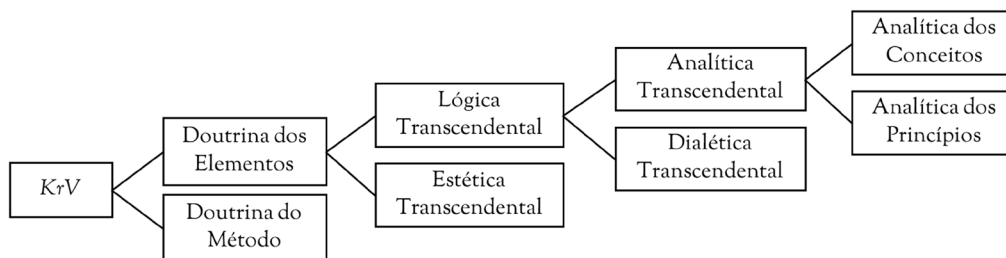




Quadro 4 - Divisão geral da Doutrina do Método, na Lógica (1800), segundo Kant, cuja principal partição é a Distinção dos Conceitos e o Método, propriamente dito, posto este último como tópico independente.

## 2- Divisão da Lógica Transcendental na *Crítica da razão pura* de Kant

De modo geral, Kant divide a *KrV* quatro vezes em duas partes principais, cujo ponto de partida é a divisão em Doutrina dos Elementos e Doutrina do Método. Em seguida, subdivide a Doutrina dos Elementos em duas partes: a Estética Transcendental e a Lógica Transcendental. Por sua vez, subdivide a Lógica Transcendental em duas partes: a Analítica Transcendental e Dialética Transcendental. Por fim, ele subdivide a Analítica em duas partes: Analítica dos Conceitos e Analítica dos Princípios. Ver *Quadro 5*, abaixo:



Quadro 5 - Divisão da *KrV* e da Lógica Transcendental de Kant.

De um lado, a Doutrina dos Elementos apresenta o sistema dos conceitos e princípios do conhecimento, sendo dividido em duas partes: a Lógica Transcendental, que trata dos conceitos e princípios do pensamento (as categorias) e a Estética Transcendental, que estuda os conceitos e princípios da sensibilidade (as intuições) – sendo que esta última não pertence à primeira porque seus princípios são de natureza não conceitual ou extra lógica (i.e., o espaço e o tempo).

Em seguida, a Lógica Transcendental tem duas divisões. Primeira, a Analítica Transcendental, vista como uma lógica da verdade que expõe os conceitos, princípios e funções das principais faculdades de pensamento (entendimento, imaginação, apercepção). Segunda, a Dialética Transcendental, considerada uma lógica da ilusão que apresenta os principais erros de raciocínio sobre o conhecimento dos objetos metafísicos (paralogismos, antinomias, ideais). Por sua vez, a Analítica Transcendental é dividida em duas partes: a Analítica dos Conceitos que formula o sistema sintático das categorias que têm validade empírica em geral, e Analítica dos Princípios que elabora o sistema semântico dos juízos referentes à experiência possível.

Em resumo, pode-se dizer que a Lógica Transcendental de Kant tem uma lógica da verdade (Analítica Transcendental) e uma lógica da ilusão (Dialética Transcendental), sendo que a primeira tem uma parte que estuda as categorias (Analítica dos Conceitos) e outra estuda os juízos (Analítica dos Princípios), enquanto a segunda estuda os raciocínios ilusórios ou sofisticos (paralogismos, antinomias e ideais).

De outro lado, a Doutrina do Método tem a proposta de realizar uma ordenação sistemática da filosofia teórica de Kant sob quatro aspectos (disciplina, cânon, arquitetônica e história), mas que, no fundo, reúne diversos tópicos sobre o conhecimento em geral, analisados de acordo com a perspectiva transcendental (i.e., a referência a experiência possível), tais como: sistemas, espécies, graus, princípios, métodos, definições, axiomas, demonstrações, hipóteses etc.

### 3-Cotejo entre a Lógica Geral de Aristóteles e a Lógica Transcendental de Kant

Neste tópico, serão destacadas algumas relações de semelhanças e diferenças entre a Lógica Geral e a Lógica Transcendental, segundo a visão de Kant.

#### 3.1- Semelhanças entre a Lógica Geral e a Lógica Transcendental, segundo Kant

As semelhanças entre a Lógica Geral e a Lógica Transcendental serão aqui analisadas do ponto de vista do caráter epistemológico (conceito de ciência) e das divisões internas de ambas.

Inicialmente, quanto ao caráter epistemológico, Kant entende que a Lógica Geral e a Lógica Transcendental têm em comum serem ambas ciências puras (não empíricas) e *a priori* (necessária e universal), discursivas (objetos conceituais) e não intuitivas (objetos não construídos na intuição pura ou empírica) – embora em sentidos diferentes. De um lado, Kant é resolutivo ao considerar a Lógica Aristotélica como uma *ciência*, ao contrário do próprio Aristóteles, que a via como uma espécie de *propedêutica* ou *instrumento* da ciência (*Metafísica*, 1005 b 3)<sup>16</sup> e da própria *Lógica de Port-Royal*, que a via como uma *arte* de bem pensar (2016 [1683], p. 163). Com efeito, no Prefácio à 2ª edição da *KrV* (B VIII-XIV) Kant reconhece a Lógica Aristotélica, a Matemática e a Física como exemplo de ciências consolidadas, embora difiram entre si quanto ao objeto, o método e o juízo (a ser visto no próximo tópico – 3.2).

Para Kant, a Lógica Aristotélica é uma ciência formal, pura, *a priori*, analítica, discursiva e não intuitiva (*KrV*, B 70-80; *Log*, AA 09: 13; 15). A Lógica Geral é uma ciência formal porque sua forma e conteúdo são de natureza formal: a forma é constituída pelos princípios lógicos (identidade, contradição, terceiro excluído, razão suficiente)<sup>17</sup> e o conteúdo ou objeto pelas

<sup>16</sup> Em geral, os comentadores afirmam que Aristóteles não reconhece a Lógica como uma *ciência*, propriamente dita, mas sim como um *instrumento* ou *ferramenta* da ciência (Ross, 1987, p. 31; Ribeiro, 2014, p. 129; Martins, 2006, p. 52). Porém, em certo sentido, pode-se argumentar que Aristóteles sugere, implicitamente, que a Lógica pode ser vista como uma ciência em ao menos três passagens: (i) na *Retórica* (1359 b 10), quando ele se refere à Lógica como a “ciência analítica”; (ii) nos *Tópicos* (105 b 15-25), quando divide o conhecimento, seguindo a visão platônica (moral, física e dialética), e coloca a Lógica como uma destas três partes ao distinguir três tipos de proposições e problemas: éticos, naturais e lógicos (cf. Martins, 2006, p. 55); (iii) na *Metafísica* (1026 a 5-10), quando trata das ciências teóricas (Física, Matemática, Metafísica), em cujo contexto a Lógica poder ser considerada semelhante à Matemática Pura à medida que seus objetos são imóveis e separados, apesar desta interpretação equipará-las à Metafísica e dificultar distingui-las entre si (cf. comentário de Tricot à *Metafísica*, 1991, p. 331; Martins, p. 58-64, 2006).

<sup>17</sup> *Log*, AA 09: 52-53, 15; *KrV*, B 190.

formas elementares ou atos lógicos do pensamento (conceitos, juízos e raciocínios)<sup>18</sup>. A Lógica Geral é uma ciência pura porque seus princípios e objetos pertencem exclusivamente ao pensamento e independem totalmente da experiência, não sendo leis empíricas, contingentes e psicológicas (*Log*, AA 09: 12-3). A Lógica Geral é uma ciência *a priori* porque os princípios, regras e objetos são de caráter necessário e universal sobre o uso correto do entendimento em geral. A Lógica Geral é uma ciência analítica porque sua forma e conteúdo (ie., princípios e objetos lógicos) são elaborados mediante a análise interna da atividade formal do pensamento, sem recurso a qualquer tipo de intuição, de modo que sua analiticidade consiste no “simples desmembramento das ações da razão em seus momentos” (*KrV*, B 170), independente de todo objeto externo<sup>19</sup>. Por fim, a Lógica Geral é uma ciência discursiva porque é produzida unicamente pela autorreflexão do pensamento sobre seus próprios princípios e regras formais e é não intuitiva porque seus objetos formais (conceitos, juízos e raciocínios) não são construídos na intuição pura ou empírica, mas tais objetos são referidos no próprio pensamento.

De outro lado, Kant considera que a Lógica Transcendental também é uma ciência pura e *a priori*, discursiva e não intuitiva – mas não formal e analítica. É uma ciência pura porque trata de conceitos e princípios que não são extraídos da experiência e é *a priori* porque são necessários e universais. É uma ciência discursiva porque seus conceitos e princípios apenas fazem referência conceitual à intuição possível e é não intuitiva porque seus princípios não constroem efetivamente objetos na intuição pura ou empírica (*KrV*, B 747-752). De modo geral, para Kant, a Lógica Transcendental tem a dupla tarefa de investigar o sistema dos princípios *a priori* do conhecimento (intuições e conceitos) e a referência ou uso empírico deles – sendo a primeira tarefa denominada de investigação metafísica e a segunda de investigação transcendental (*KrV*, B 80).

Posteriormente, quanto às divisões internas da Lógica Geral e Transcendental – conforme mostram o *Quadro 1*, *2* e *5* – a exposição geral das divisões da Lógica Aristotélica, feita por Kant, na *KrV* e na *Lógica*, revela um paralelismo notável com a própria divisão elaborada na sua Lógica Transcendental, tal como organizada na *KrV*<sup>20</sup>. A comparação destes três *Quadros* mostra algumas semelhanças entre as divisões da Lógica de Geral e a divisão interna da Lógica Transcendental, cuja principal similaridade é a divisão inicial e final de ambas. No início, a divisão principal da Lógica Transcendental (i.e., a Doutrina dos Elementos e do Método) segue a mesma divisão geral da Lógica de Aristóteles, tal como concebida por Kant. No final, a divisão mais importante da Lógica (i.e., a Analítica e a Dialética) aparece também em ambas, na Lógica Geral e na Lógica Transcendental.

Em primeiro lugar, quanto à Doutrina dos Elementos, convém seguir aqui apenas a parte relativa à Lógica Transcendental – deixando de lado a Estética Transcendental<sup>21</sup>. A Doutrina dos

18 *KrV*, B 169, 171.

19 Além disso, pode-se argumentar que, para Kant, a Lógica Geral seja uma ciência analítica pelo fato de que sua parte principal, que contém a lógica da verdade, ser chamada de Analítica – em contraposição à Dialética, vista como uma lógica da ilusão. Todavia, embora seja admissível concluir que Kant concebe a Lógica Aristotélica como uma ciência analítica, esta visão é parcialmente correta à medida que a Lógica atualmente tem aplicações empíricas que justificam considerá-la também como uma ciência sintética *a priori*. Este ponto será melhor explicado na parte final da conclusão mediante a proposição de que a Lógica – semelhante ao que Kant concebeu para a Matemática – pode ser considerada uma ciência formal em sentido fraco (ou analítico) e forte (ou sintética *a priori*).

20 Historicamente, há indícios que sugerem que o estudo das partes da Lógica Aristotélica inspirou a divisão da Lógica Transcendental na *KrV*: pois sabe-se que Kant realizou estudos da Lógica Aristotélica, via o manual de Meier, desde 1765 (*Log*, Prefácio, AA 09: 3), o que é uma data que antecede em 16 anos a primeira edição da *KrV* (1781) e, portanto, antecipa em 6 anos a própria ‘década do silêncio’ de preparação desta última obra. Castilho (Trad., 2014, p. 16) informa que é possível que Kant teve contato com a Lógica de Meier desde 1755, ou seja, dez anos antes da data indicada por Jäsche e apenas três anos após a publicação do livro de Meier (1752).

21 Na verdade, pode-se dizer que Kant formula a Estética Transcendental a partir de uma revisão feita na Doutrina dos Elementos da Lógica Aristotélica, mais precisamente, na teoria das categorias aristotélicas (ou a Doutrina dos Conceitos), mediante a separação de duas categorias – o espaço e o tempo –, as quais não fariam parte da Lógica Geral por não serem conceitos, mas sim intuições – ou seja, elementos extra lógicos – e por isso deveriam ser estudados em outra parte fora da Lógica – a Estética Transcendental, propriamente dita (ver *KrV*, B 107; *Prol*, AA

Elementos contém os principais elementos estudados pela Lógica Aristotélica (conceitos, juízos, raciocínios)<sup>22</sup>, os quais são mantidos e distribuídos por Kant nas diversas partes da sua Lógica Transcendental. Além disso, a divisão da Doutrina dos Elementos em Analítica e Dialética, na Lógica Geral, é mantida de modo similar na última divisão da Lógica Transcendental de Kant. Duas semelhanças especiais podem ser ainda destacadas entre a Analítica e a Dialética na Lógica Geral e Transcendental: uma de caráter sintático e a outra semântico.

Do ponto de vista sintático, a Analítica e a Dialética da Lógica Geral e Transcendental assemelham-se por terem os mesmos elementos formais constituintes — os conceitos, juízos e raciocínios<sup>23</sup> — com a diferença que são distribuídos de modo diferente, por Kant, nas duas Lógicas. Na Lógica Geral, ele inclui na Analítica todos estes três elementos, ao passo que na sua Analítica Transcendental apenas dois destes elementos (categorias e juízos), sendo que o terceiro elemento (raciocínios) ele desloca para a sua Dialética Transcendental. Em particular, quanto à divisão da Analítica Transcendental em Analítica dos Conceitos e Analítica dos Princípios, esta segue, de modo geral, a mesma partição de temas estudados por Aristóteles em dois tratados lógicos, as *Categorias* e o *Da Interpretação*, nos quais este aborda, respectivamente, a teoria das categorias e a teoria dos juízos. Por sua vez, a Dialética Aristotélica e a Dialética Transcendental assemelham-se porque ambas tratam dos raciocínios falaciosos, que resultam da aplicação indevida destas formas lógicas como um *órganon* para produzir conhecimentos ilusórios<sup>24</sup>.

Em resumo, Kant reúne na sua Analítica Transcendental a investigação das categorias (i.e., os conceitos puros) e dos princípios puros do entendimento (i.e., os juízos puros de experiência) — respectivamente, na Analítica dos Conceitos e na Analítica dos Princípios — ao passo que inclui na Dialética Transcendental a análise dos raciocínios falaciosos (i.e., os paralogismos, as antinomias e os ideais). Embora na Lógica Geral o estudo destes três elementos formais seja distribuído em obras diferentes<sup>25</sup>, Kant interpreta, na *Lógica* (1800), de modo geral, que, na Lógica Geral, o estudo formal da categoria, do juízo e do raciocínio é feito praticamente todo na Analítica, exceto um pequeno tópico do estudo deste último (raciocínio) que pertenceria à Dialética. Com efeito, na sua *Lógica* (1800), Kant distribui o estudo do raciocínio em três partes: as inferências imediatas do entendimento, as inferências mediatas dedutivas da razão e as inferências mediatas indutivas da faculdade de julgar (*Log*, AA 09: 114) — sendo que as duas primeiras partes pertencem à Analítica (enquanto lógica da verdade) e somente um resíduo da última parte pertence à Dialética (enquanto lógica da ilusão).

Do ponto de vista semântico, a concepção geral da Analítica e da Dialética Transcendental segue a mesma linha geral de pensamento válida para a Lógica Geral, no sentido de que a Analítica Transcendental é definida como uma lógica da verdade e a Dialética Transcendental como uma lógica da ilusão. Comparativamente, há uma semelhança mais forte na concepção semântica relativa à Dialética que à Analítica nas duas Lógicas, pois na Dialética da Lógica Geral e Transcendental prevalece a visão de que ambas são problemáticas semanticamente à medida que produzem raciocínios ilusórios — com a diferença que a ilusão na Lógica Formal é meramente

---

04: 323).

22 Historicamente, tais elementos formam as três principais divisões da Doutrina dos Elementos da Lógica Aristotélica, as quais estão presentes desde o *Órganon* de Aristóteles (i.e., no tratado *Categorias*, *Da Interpretação* e *Primeiros Analíticos*, respectivamente) e tal partição tripla reaparece, na modernidade, na Lógica de Port-Royal (1683) e na lógica de Wolff (1749), sendo esta última — conforme nota Bordignon (2017, p. 316) — a que teve, provavelmente, via a lógica de Meier, influência mais direta sobre Kant.

23 No fundo, pode-se compreender que estes três elementos (categorias, juízos, raciocínios) formam o conteúdo da Lógica Aristotélica, cuja forma deles é dada pelos princípios lógicos (identidade, contradição, terceiro excluído, razão suficiente).

24 Convém notar que, na *Lógica* (1800), Kant trata das inferências falaciosas apenas no último tópico do estudo das inferências, quando ele destaca alguns erros formais de raciocínio (petição de princípio, círculo vicioso, prova de mais e de menos, salto na inferência).

25 As categorias são estudadas no tratado *Categorias*; os juízos em geral (puros e aplicados) no tratado *Da interpretação*; os raciocínios em geral (puros e aplicados, respectivamente) nos tratados *Primeiros analíticos* e *Segundos analíticos*; por fim, os raciocínios prováveis ou dialéticos nos *Tópicos* e os raciocínios falaciosos nas *Refutações sofísticas*.

lógica e a ilusão na Lógica Transcendental é metafísica. Por sua vez, embora a Analítica, em ambas as Lógicas, seja vista como uma lógica da verdade, Kant distingue-as semanticamente mediante, em última instância, o conceito de verdade suposto por ambas, a saber: na Lógica Geral tem a ver apenas com o conceito da verdade formal (coerência interna), ao passo que na Lógica Transcendental com o conceito da verdade transcendental (correspondência objetiva); a verdade formal significa a simples coerência interna do pensamento as suas regras formais, enquanto a verdade transcendental significa a correspondência ou referência das suas formas a um conteúdo empírico em geral. Esta concepção positiva da Analítica e negativa da Dialética reaproximam Kant e Aristóteles, mais uma vez, no campo da Lógica<sup>26</sup>.

Em segundo lugar, quanto à segunda parte do ramo principal da divisão da *KrV*, a Doutrina do Método, esta assemelha-se, de modo geral, a sua parte correspondente na Lógica Geral à medida que ambas têm em vista, pelo menos em princípio, oferecer as regras para organizar e articular o conhecimento na forma de um sistema. Porém, como já foi notado acima (nota de rodapé 14), a Doutrina do Método, presente tanto na Lógica Geral de Aristóteles como na Lógica Transcendental de Kant, embora tenha a proposta de uma ordenação sistemática da ciência, esta parte da Lógica apenas reúne diversos tópicos sobre o conhecimento em geral que estavam dispersos e não tinham ainda uma disciplina específica para seu estudo, tais como os temas dos métodos, espécies, graus, ordenação, classificação, princípios, definições, sistemas etc.

No caso da Lógica Transcendental, em particular, Kant entende que a Doutrina do Método é uma reflexão sobre todo o sistema da razão pura — e da sua filosofia teórica, em particular — a partir de quatro pontos de vista distintos: a disciplina, o cânon, a arquitetônica e a história (*KrV*, B 735 ss). A disciplina reflete sobre os métodos, as hipóteses e as provas válidas na produção do conhecimento racional. O cânon analisa o uso possível (teórico e prático) e os graus de validade do conhecimento verdadeiro (opinião, crença e saber). A arquitetônica — ou a ‘arte dos sistemas’, propriamente dita — contextualiza o conhecimento teórico em relação a outros sistemas possíveis (prático e estético). Por fim, a história indica o desenvolvimento das principais concepções filosóficas acerca dos conhecimentos racionais em geral (p. ex., o objeto, a origem e o método).

### 3.2- Diferenças entre a Lógica Geral e a Lógica Transcendental, segundo Kant

Nesta parte, serão indicadas duas diferenças entre a Lógica Geral e Transcendental, segundo a visão de Kant: o estatuto epistemológico (objeto, método, juízo) e a natureza do conhecimento (origem, extensão e validade).

Em primeiro lugar, quanto ao estatuto epistemológico da Lógica, tal diferença pode ser analisada no comparativo da Lógica Geral em conjunto com a Lógica Transcendental, a Matemática e a Física, sob três aspectos distintos: (i) o objeto, (ii) o método e (iii) o juízo.

Com efeito, (i) quanto ao objeto, a Lógica Formal estuda só a forma, enquanto a Lógica Transcendental, a Matemática e a Física tratam de forma e conteúdo; (ii) quanto ao método, a Lógica Formal usa apenas o método analítico, ao passo que a Lógica Transcendental, a Matemática e a Física usam o método analítico-sintético<sup>27</sup>; (iii) quanto ao juízo, a Lógica Formal

26 Foulquié (1978) destaca que “Este tom pejorativo [da dialética] nota-se ainda no vocabulário kantiano, onde a palavra ‘dialética’ tem um lugar importante: nas três *Críticas*, com efeito, a dialética opõe-se, como em Aristóteles, à analítica” (p. 31).

27 Para Kant, é admissível dizer que a Lógica Geral usa o método analítico à medida que sua forma e conteúdo (ie., seus princípios e objetos lógicos) são obtidos mediante uma análise interna dos processos formais e necessários do pensamento, sem fazer qualquer referência externa e empírica. Todavia, para além do contexto da filosofia teórica de Kant, pode-se considerar, em sentido mais preciso e rigoroso, que a Lógica Geral usa uma versão formal do método analítico-sintético, assim compreendido: no método analítico, ela parte dos objetos formais do pensamento



produz apenas juízos analíticos, enquanto a Lógica Transcendental, a Matemática e a Física juízos sintéticos *a priori*<sup>28</sup>. Este breve cotejo epistemológico mostra que, para Kant, a Lógica Formal é uma ciência teórica diferente de todas as demais analisadas por ele (Matemática, Física e Lógica Transcendental).

Em particular, no que diz respeito às diferenças entre a Lógica Geral e a Lógica Transcendental, sob estes três aspectos acima, o resultado geral é que a Lógica Geral é uma ciência analítica e *a priori*, ou puramente sintática (produzida pelo pensamento sem intuição possível ou dada) – enquanto a Lógica Transcendental é uma ciência *sintética a priori*, ou sintático-semântica (gerada pelo pensamento com referência objetiva possível, mas não por meio de intuição dada/empírica ou construída/pura). Quanto ao objeto, a Lógica Geral estuda somente as formas do pensamento coerente (conceitos, juízos, raciocínios) com base em suas leis necessárias e universais (identidade, contradição, terceiro excluído, razão suficiente), ao passo que a Lógica Transcendental estuda tanto as formas *a priori* do conhecimento em geral (intuições e categorias) como seu conteúdo objetivo relativo à experiência em geral dado pelos princípios puros do entendimento (axiomas, antecipações, analogias, postulados). Quanto ao método, a Lógica Geral usa apenas o método analítico referido unicamente ao pensamento e baseado em seus princípios formais (identidade, contradição, terceiro excluído, razão suficiente), enquanto a Lógica Transcendental emprega o método analítico e sintético, que implica tanto a investigação das condições subjetivas de possibilidade do conhecimento (i.e., as intuições e os conceitos puros – dados na dedução metafísica) como suas condições objetivas relativas à experiência possível (i.e., os princípios puros referentes à experiência possível – dados na investigação transcendental). Quanto ao juízo, a Lógica Geral produz juízos analíticos com validade apenas formal e formulados mediante análise intelectual dos seus objetos, ao passo que a Lógica Transcendental elabora juízos sintéticos *a priori* com validade subjetiva e objetiva, formulados de modo necessário e universal e com referência à experiência possível ou em geral.

Em segundo lugar, quanto à natureza do conhecimento, Kant usa três critérios exclusivos para distinguir a Lógica Transcendental da Lógica Geral (KrV, B 81-82; *ProI*, AA 04: 265, 276)<sup>29</sup>, a saber: (i) a origem ou fonte do conhecimento (investigação metafísica-sintática), (ii) a extensão, âmbito ou limite do conhecimento (investigação epistemológica) e (iii) a validade ou uso do conhecimento (investigação epistemológica-semântica).

De antemão, convém destacar três aspectos relativos a tais critérios de Kant. Um: o primeiro critério é de caráter metafísico e sintático (investigação das condições formais do conhecimento) e os dois últimos epistemológicos (investigação do domínio da ciência). Dois: o primeiro e o terceiro critérios visam responder à questão central da KrV (“como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?”) à medida que revelam as condições subjetivas e objetivas do conhecimento, ao passo que o segundo almeja responder à questão teórica geral (“o que posso saber?”), no sentido que demarca as fronteiras do conhecimento possível. Três: o primeiro critério é associado a uma Psicologia Transcendental, o segundo critério a uma Epistemologia Transcendental e o terceiro critério a uma Semântica Transcendental.

Em prosseguimento, (i) quanto à origem do conhecimento, a Lógica Transcendental visa a investigação das condições subjetivas de possibilidade do conhecimento em geral, realizada, por Kant, sob a forma de uma teoria das faculdades de conhecimento pertencentes à razão pura ou mente (sensibilidade, entendimento, imaginação, apercepção, razão), a fim de indicar quais

(conceitos, juízos, raciocínios) para descobrir seus princípios formais (contradição, identidade, terceiro excluído); no método sintético, parte dos princípios formais para validar seus objetos formais. Sobre a questão do método na filosofia teórica de Kant, ver Loparic (2000, Cap. 2) e Scherer (2019).

28 Longuenesse (2019, p. 143) rejeita que Kant considere que a Lógica Geral trata apenas de juízos analíticos, pois o estudo da forma dos juízos inclui os juízos analíticos e sintéticos. Porém, convém advertir que a Lógica Geral trata apenas da definição formal das proposições analíticas e sintéticas, pois a referência destas últimas tem um conteúdo extra lógico (ou empírico) que, para Kant, não é objeto da Lógica Geral, mas sim da Lógica Transcendental.

29 Kant: “Uma tal ciência, que determinasse a origem, o âmbito e a validade objetiva de tais conhecimentos, teria que se denominar *Lógica Transcendental (sic)*” (KrV, B 81).



são os elementos puros envolvidos na produção de todo conhecimento em geral (intuições, categorias, esquemas, apercepção, princípios). Para Kant, tal investigação sobre a origem do conhecimento é de natureza metafísica porque implica um exame acerca de princípios que não são extraídos da experiência, mas sim identificados na própria estrutura da razão ou mente humana<sup>30</sup>. Como nota Bordignon (2017, p. 315-321), a transformação da Lógica Transcendental em uma investigação metafísica é uma herança de Wolff sobre a filosofia de Kant à medida que aquele redefiniu a Lógica como uma investigação das faculdades humanas em vista do conhecimento da verdade, sendo a viragem kantiana marcada pela reflexão transcendental, isto é, pela referência mais clara do sistema de categorias à experiência possível, das condições subjetivas às objetivas do conhecimento<sup>31</sup>.

(ii) Quanto à extensão, âmbito ou limite do conhecimento, a Lógica Transcendental visa realizar o exame sobre a delimitação do campo da ciência, para definir aquilo que é possível e o que não é possível conhecer. Trata-se de uma investigação epistemológica sobre os limites do conhecimento científico possível, a fim de estabelecer critérios que garantem o estatuto de ciência<sup>32</sup>.

(iii) Quanto à validade ou uso do conhecimento, a Lógica Transcendental visa definir as condições objetivas *a priori* do conhecimento da ciência em geral. Além de uma questão epistemológica, trata-se, no fundo, de uma reflexão semântica relativa ao conceito de verdade — sob influência de Wolff — na medida em que o critério da validade objetiva é que garante seu caráter verdadeiro e não ilusório. Para Kant, o resultado geral da reflexão semântica consiste em defender que a Lógica Geral estabelece apenas o conceito de *verdade formal*, ao passo que a Lógica Transcendental o conceito de *verdade transcendental*. No primeiro caso, a verdade formal significa apenas a coerência interna do pensamento, a concordância do pensamento as suas próprias regras formais, sem levar em consideração os objetos em geral. No segundo caso, a verdade transcendental significa a concordância do pensamento aos objetos em geral, isto é, o acordo das formas do conhecimento (intuição e pensamento) ao conteúdo empírico (experiência possível)<sup>33</sup>. Em termos mais atuais, poder-se-ia dizer que tal diferença proposta por Kant expressa a ideia de que a Lógica Geral fornece apenas uma sintaxe ligada a uma teoria geral da inferência, sem possuir uma semântica própria, enquanto a Lógica Transcendental contém tanto uma espécie de sintaxe (as formas subjetivas do conhecimento) como uma espécie de semântica própria (o conteúdo objetivo do conhecimento)<sup>34</sup>.

### 3. Considerações finais

Ao longo do texto, mostrou-se que a concepção de Kant da Lógica Transcendental é influenciada, historicamente, por quatro vertentes principais: a Lógica de Aristóteles, a Lógica de Port-Royal (1683), a Lógica de Wolff (1749) e a Lógica de Meier (1752). Em linhas gerais,

30 Kant declara quanto à investigação metafísica que desenvolve na *KrV*: “Em primeiro lugar, no tocante às fontes do conhecimento metafísico, elas não podem, já segundo o seu conceito, ser empíricas. Os seus princípios [...] nunca devem ser, pois, tirados da experiência: ele deve ser um conhecimento, não físico, mas metafísico, isto é, que vai além da experiência (*sic*)” (*Prologomena*, AA 04: 265-266).

31 Hegel reconhece e imita o projeto de Wolff e Kant de conceber a Lógica como uma metafísica ou ontologia: “a filosofia crítica, certamente, já transformou a *metafísica* em *lógica* [transcendental] (*sic*)” (Hegel, 2016, p. 54). Por essa razão, Hegel concorda que “a *lógica* coincide com a *metafísica* (*sic*)”, (Hegel, 1995, p. 77).

32 Segundo Popper (2013), trata-se do problema epistemológico relativo ao critério de demarcação entre ciência e não ciência.

33 Além do conceito de verdade formal e transcendental, Kant distingue também o de *verdade empírica*, concebido como o conceito de verdade estabelecido pelas ciências empíricas particulares (*KrV*, B 185). A esse respeito, ver também Loparic (2000, p. XX, 212 ss.).

34 Loparic reconhecerá na Lógica Transcendental uma sintaxe transcendental e uma semântica transcendental (2000).

defendeu-se a hipótese de que, do ponto de vista da forma, as divisões internas da Lógica Transcendental, na *Crítica da Razão Pura*, seguem as divisões da Lógica Geral (Doutrina dos Elementos e do Método, junto com suas principais subdivisões). Além disso, indicou-se que, do ponto de vista material, o conteúdo filosófico da Lógica Transcendental inclui os mesmos temas gerais sugeridos por Wolff para a Lógica (metafísico, epistemológico, semântico) (Bordignon, 2017).

O resultado geral destes diversos arranjos de Kant, na *KrV*, foi elaborar uma Lógica Transcendental que, formalmente, distribui dentro dela as principais partes da Doutrina dos Elementos (Conceitos, Juízos, Raciocínios) da Lógica Geral e, materialmente, desenvolve nestas partes uma reflexão metafísica, epistemológica e semântica, indicadas por Wolff. Em particular, a concepção metafísica que Kant desenvolve, na *KrV*, é denominada por ele de metafísica geral da natureza<sup>35</sup> – em oposição à metafísica particular da natureza, desenvolvida por ele nos *Princípios metafísicos da ciência da natureza*.

Para finalizar este texto, será feita uma breve exposição de duas divisões da Lógica em geral – histórica e sistemática – sendo que no interior da primeira se situa a Lógica Aristotélica e na segunda a posição de Kant sobre a semântica da Lógica.

Apesar do predomínio da Lógica Aristotélica ao longo da história até meados do século XIX e do fato de Kant ter modelado em geral as partes principais da sua Lógica Transcendental de acordo com ela, as divisões da Lógica atualmente não são consensuais. Em princípio, hoje em dia, há dois critérios gerais para a divisão da Lógica – um histórico e outro sistemático – embora ambos são sujeitos a discordâncias entre os próprios lógicos. Abaixo, segue uma breve explanação destes dois critérios.

A) *Divisão histórica da Lógica*. De acordo com este critério, classifica-se a Lógica mediante a sua associação aos principais períodos históricos do seu próprio desenvolvimento, cujo resultado é a divisão desta ciência em Lógica Antiga, Lógica Medieval, Lógica Moderna e Lógica Contemporânea. Mesmo assim, não há consenso entre os lógicos sobre quais sistemas lógicos pertencem a cada um destes períodos históricos da Lógica. As divisões históricas da Lógica propostas por Kneale (1956), Blanché (1985) e Tugendhat (1996) ilustram essa divergência, apesar de todos eles fazerem em geral uma divisão tripla desta ciência.

Por um lado, Kneale e Blanché dividem a Lógica de modo semelhante em três períodos históricos<sup>36</sup>: a Lógica Antiga (formada pela Lógica Megárico-Estoica e pela Lógica Aristotélica), a Lógica Medieval (composta pela Lógica de Port-Royal), e a Lógica Contemporânea (constituída pela Lógica Simbólica Clássica de Frege e Russell e pelas Lógicas Simbólicas Não Clássicas posteriores). Por outro, Tugendhat classifica a Lógica também em três períodos: a Lógica Antiga, do século IV a.C. ao século XVI (formada pela Lógica Aristotélica ou Silogística), a Lógica Moderna, do século XVII ao século XVIII (constituída pela Lógica de Port-Royal) e a Lógica Contemporânea, do século XIX até hoje (composta pela Lógica Simbólica, Matemática ou Logística, isto é, a Lógica Simbólica Clássica e Não Clássica).

Comparativamente, a Lógica Antiga e Contemporânea é, praticamente, consensual entre estes três autores, com a pequena diferença que Kneale e Blanché incluem, corretamente, na Lógica Antiga, o sistema da Lógica Megárico-Estóica e da Lógica Aristotélica, enquanto Tugendhat inclui neste período, deficitariamente, apenas a Lógica Aristotélica. Todavia, há uma divergência acentuada entre eles na divisão da Lógica Medieval e da Lógica Moderna, que gira em torno da correta inclusão da Lógica de Port-Royal em um destes dois períodos: de um lado, Tugendhat elimina a Lógica Medieval, proposta Kneale e Blanché, cujo sistema da Lógica

<sup>35</sup> Alguns comentadores chamam esta metafísica de Kant, na *KrV*, de metafísica da experiência (Paton, 1936; Strawson, 1985).

<sup>36</sup> Conforme esclarece o próprio Blanché (1971), ele segue a divisão tripla da Lógica proposta por Bochenski (1951) – ver Blanché (1985, p. 14).

de Port-Royal ele inclui na Lógica Moderna; de outro, Kneale e Blanché suprimem a Lógica Moderna, concebida por Tugendhat, sendo que a Lógica de Port-Royal eles inserem na Lógica Medieval.

Um cotejo crítico destas duas classificações históricas da Lógica pode ser feito ao tomar-se como base uma divisão cronológica dos quatro principais períodos históricos seguido da identificação dos sistemas lógicos neles presentes<sup>37</sup>. Ao associar os sistemas lógicos produzidos nestes períodos históricos, pode-se propor a seguinte divisão da Lógica: a Lógica Antiga (formada pela Lógica Megárico-Estoica e a Lógica Aristotélica Clássica)<sup>38</sup>; a Lógica Medieval (constituída pela Lógica Aristotélica Expandida, elaborada pelos medievos e escolásticos<sup>39</sup>); a Lógica Moderna (composta pela Lógica Aristotélica Expandida, exemplificada pela Lógica de Port-Royal<sup>40</sup>); e a Lógica Contemporânea (formada pela Lógica Simbólica Clássica e Não Clássica). Nesta nova classificação, nota-se uma repetição do sistema da Lógica Aristotélica nos três primeiros períodos históricos, de modo que é possível se fazer a seguinte consideração: a Lógica Antiga, a Lógica Medieval e a Lógica Moderna é basicamente formada pelo sistema da Lógica Aristotélica, com a diferença que a Lógica Antiga inclui a Lógica Megárico-Estóica, ao passo que a Lógica Medieval e a Lógica Moderna é formada apenas pela Lógica Aristotélica Expandida. Deste modo, resulta uma nova classificação histórica da Lógica, ligeiramente diferente das anteriores, em três períodos históricos, a saber: a Lógica Antiga (Lógica Megárico-Estoica e Lógica Aristotélica Clássica), a Lógica Medieval e Moderna (Lógica Aristotélica Expandida) e a Lógica Contemporânea (Lógica Simbólica Clássica e Não Clássica).

A partir desta última divisão histórica da Lógica, aqui proposta, pode-se cotejar criticamente a tripla divisão concebida pelos três autores acima mencionados. De modo geral, pode-se dizer que está a correta a divisão da Lógica Antiga (i.e., a Lógica Megárico-Estoica e a Lógica Aristotélica) e da Lógica Contemporânea (i.e., a Lógica Simbólica Clássica e Não Clássica), proposta em comum acordo por Kneale, Blanché e Tugendhat, sendo discutível apenas o conflito existente entre eles sobre o lugar da Lógica de Port-Royal no período da Lógica Medieval ou da Lógica Moderna. Cronologicamente, está correta a visão de Tugendhat ao incluir a Lógica de Port-Royal no período da Lógica Moderna – e não dentro da Lógica Medieval, tal como propuseram Kneale e Blanché. Todavia, como a Lógica de Port-Royal não é uma nova Lógica, propriamente dita, mas é apenas uma Lógica Aristotélica Expandida, é incorreto, em última instância, pretender situá-la como um novo sistema lógico quer no período da Lógica Medieval ou da Lógica Moderna – tal como pretenderam estes três autores. Além disso, estes três autores não destacam em suas classificações o fato de que a Lógica Medieval e a Lógica de Port-Royal são, no fundo, uma Lógica Aristotélica Expandida. Deste modo, tal como aqui proposto, a divisão histórica da Lógica concilia as partes da Lógica que estes autores excluíam em suas classificações, pois reúne no mesmo período a Lógica Medieval e Moderna, por terem em comum a característica de uma Lógica Aristotélica Expandida.

B) *Divisão sistemática da Lógica*<sup>41</sup>. Conforme este critério, a Lógica deve ser dividida a partir de um princípio lógico – e não histórico – previamente indicado. Mesmo assim, não há

37 Os quatro principais períodos da história são: o período Antigo – de 4.000 a.C. (invenção da escrita) ao século V (queda do império romano); o período Medieval – do século V ao século XV (tomada de Constantinopla); o período Moderno – do século XV ao século XVIII (revolução francesa); o período Contemporâneo – do século XIX até hoje.

38 A Lógica Megárico-Estoica é uma lógica das *proposições* (semelhante à Lógica Simbólica Proposicional), enquanto a Lógica Aristotélica é uma lógica dos *nomes* (Blanché, 1995, p. 97-8).

39 A Lógica Medieval dos medievos e escolásticos é uma Lógica Aristotélica Expandida no sentido de que ampliam e desenvolvem nesta alguns tópicos novos, tais como o estudo da natureza dos conceitos universais, a inclusão dos silogismos com termos singulares, a teoria da suposição, da modalidade, das consequências (Blanché, 1985, p. 137-167).

40 A Lógica Moderna, baseada na *Lógica de Port-Royal*, é também uma Lógica Aristotélica Expandida à medida que acrescenta alguns tópicos que nela estavam ausentes ou subjacentes, tais como uma teoria do método, uma revisão da tábua das categorias, a noção de definição por denominação, a admissão das proposições exponíveis, a inclusão da quarta figura do silogismo, a doutrina do método (Blanché, 1985, p. 186-190).

41 Em linhas gerais, este tópico apenas expõe o estado da questão tratado por Haack (2002, p. 27 ss.).

um consenso entre os próprios lógicos sobre qual seja este princípio ou critério lógico, uma vez que parece depender de uma posição filosófica prévia (Haack, p. 36-36). De modo geral, pode-se dizer que há ao menos quatro princípios lógicos para a divisão das partes da Lógica: a forma, o conteúdo (ou interpretação), a consistência e a completude. Os dois primeiros princípios são de caráter lógico e exprimem duas posições clássicas opostas, ao passo que os dois últimos são princípios de caráter metalógicos.

Em primeiro lugar, o princípio lógico da forma entende que a Lógica inclui os sistemas que tratam somente da forma do argumento em geral, o que restringe o seu domínio, basicamente, à classe das teorias da inferência — tais como a o silogismo aristotélico, a lógica proposicional e quantificacional, etc. O problema deste critério é que ele exclui os sistemas lógicos com aplicações empíricas tecnológicas — tais como da Lógica Proposicional na área da computação — os quais, nestes contextos, não são vistos como sistemas argumentativos, mas como formas de circuitos lógicos para realizar as mais diversas operações em uma máquina digital. Este princípio lógico clássico é defendido por filósofos e lógicos, tais como Kant, Loparic, Ryle e Quine. Para os dois primeiros filósofos, a Lógica é uma ciência só de forma (Kant, *KrV*, B 79-80) e possui uma semântica abstrata (Loparic, 2000, p. 101, 173, 204). Para os dois últimos lógicos, a Lógica é topicamente neutra quanto ao conteúdo (Ryle, 1953, p. 115) e, além disso, é uma ciência formal auxiliar com função apenas de tradução simbólica (Quine, 1972, p. 130)<sup>42</sup>.

Em segundo lugar, o princípio lógico do conteúdo compreende que a Lógica inclui apenas os sistemas que tenham uma interpretação ou aplicação possível, o que é um critério mais amplo que o anterior por reunir todas as teorias lógicas da argumentação além das teorias lógicas da computação. A limitação deste critério é que ele exclui os sistemas lógicos totalmente puros e sem qualquer aplicação, tal como é o caso das Lógicas Paraconsistentes. Este princípio é defendido por Haack (2002, p. 28, 34), de acordo com o qual as divisões da Lógica são bastante flexíveis e incluem desde a Lógica Aristotélica, a Lógica Simbólica Clássica (Proposicional e Quantificacional) e a Lógica Simbólica Não Clássica (Ampliadas, Alternativas), até mesmo as Lógicas Indutivas (p. 28-9) — mas seu critério exclui, infelizmente, as Lógicas Paraconsistentes que não tenham interpretação possível.

Em terceiro lugar, o princípio metalógico da completude estabelece que Lógica é constituída apenas pelos sistemas completos, isto é, cujos princípios sejam suficientes para deduzir suas propriedades ou fórmulas — tal como é o caso da Lógica Proposicional. O inconveniente deste critério é que ele é bastante restritivo e exclui partes importantes da própria Lógica Simbólica, tal como a própria Lógica Quantificacional, que não é completa. Essa posição é defendida por Kneale (1956 *apud* Haack, 2002, p. 32-33), o qual defende, no fundo, o primeiro princípio lógico da forma — acima indicado — acrescentando-lhe o princípio metalógico da completude para argumentar que um sistema lógico deve ter todas as suas fórmulas válidas dedutíveis necessariamente dele próprio.

Finalmente, em quarto lugar, o princípio metalógico da consistência admite que a Lógica deve incluir somente os sistemas que sejam consistentes, isto é, que não admitam deduzir uma contradição interna. O problema deste critério é que exclui — tal como no caso do segundo critério do conteúdo (Haack) — as Lógicas Paraconsistentes, as quais admitem a contradição no próprio sistema lógico.

Uma análise geral destes quatro princípios lógicos usados para realizar as partições da Lógica revela que o critério mais amplo e flexível de todos é o princípio do conteúdo ou interpretação, proposto por Haack, pois reúne a maior diversidade de sistemas lógicos na sua classificação desta ciência atualmente. Porém, este princípio do conteúdo, junto com o princípio da consistência, exclui explicitamente os sistemas lógicos paraconsistentes, embora os outros dois princípios (forma e completude) também possam excluí-lo implicitamente por outras razões.

<sup>42</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre este ponto, ver Souza (2023, p. 52-53).

Diante deste quadro geral, avalia-se que a posição de Haack, dentre as quatro acima analisadas, afigura-se a mais adequada por ser mais flexível e ampla ao ponto de incluir em sua classificação a maior parte dos sistemas lógicos até então conhecidos, exceto pela exclusão da Lógica Paraconsistente. Todavia, esta limitação da posição de Haack pode ser corrigida mediante uma simples ampliação do seu conceito de ciência formal, visto que ele é restrito, no caso da Lógica, apenas aos sistemas que possuem interpretação possível, de acordo com o seu critério do conteúdo.

Com efeito, tal ampliação do conceito da Lógica como ciência formal pode ser feita mediante a reunião dos dois primeiros princípios – i.e., o princípio da forma e o do conteúdo – a partir dos quais resulta a definição de Lógica como uma ciência formal em sentido fraco e forte. De um lado, a Lógica como ciência formal em sentido fraco é constituída pelos sistemas lógicos puramente formais e sem interpretação (o qual inclui as Lógicas Paraconsistentes); de outro a Lógica como ciência formal em sentido forte é formada pelos sistemas lógicos interpretados (o que inclui as lógicas com aplicações computacionais).

A proposição deste conceito mais amplo da Lógica, que inclui a própria classificação de Haack, tem um começo implícito e ainda mal formulado na própria filosofia teórica de Kant, para quem a Matemática é uma ciência formal concebida duplamente de modo semelhante, isto é, em sentido fraco e forte. Segundo ele, a Matemática em sentido fraco aparece quando ela formulada apenas na intuição pura e em sentido forte quando ocorre tanto na intuição pura como na intuição empírica (*KrV*, B 147-8, 196, 298-9, 741; *Prol.*, AA 04: 287-288)<sup>43</sup>.

Portanto, ao reunir-se estas duas concepções de Kant sobre a Matemática como ciência formal em sentido fraco e forte, e em seguida, ao estendê-la facilmente ao campo da Lógica como também uma ciência formal em sentido fraco e forte, pode-se justificar a partição da Lógica de acordo, simultaneamente, com os princípios da forma e do conteúdo, sendo esta proposta alternativa, aqui indicada, mais inclusiva e flexível que a de Haack, na medida que este princípio conciliador inclui todos os sistemas lógicos puramente formais (tais como as Lógicas Paraconsistentes) bem como todos os sistemas lógicos interpretados ou aplicados (tais como as lógicas computacionais).

Em última análise, convém destacar que a distinção do conceito da Lógica como uma ciência formal em sentido fraco e forte permite compreender sob outra perspectiva a raiz do debate, no contexto geral da filosofia teórica de Kant, acerca de a Lógica ser ou não uma ciência analítica. De acordo com tal conceito da Lógica, a resposta para esta questão é duplamente afirmativa: a Lógica é uma ciência analítica e uma ciência sintética *a priori*. De um lado, conforme Kant, a Lógica é uma ciência analítica no sentido de ser uma ciência formal fraca, isto é, uma ciência que trata só de forma, centrada na análise formal dos seus princípios e objetos lógicos, fechada em si mesma e sem relação ou aplicação a objetos externos – em uma palavra, uma Lógica Pura e sem interpretação fora dela, isto é, uma ciência meramente sintática. De outro lado, para além de Kant, a Lógica é uma ciência sintética *a priori* no sentido de ser uma ciência formal forte, isto é, uma ciência que trata de forma e conteúdo (extra lógico), aberta e com relação e aplicação a objetos empíricos possíveis – quer dizer, uma Lógica Aplicada e com interpretação possível fora dela, em uma palavra, uma ciência sintático-semântica (isto é, empiricamente semântica).

## Referências

ARNAULD, A.; NICOLE, P. *A Lógica ou a arte de pensar*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

<sup>43</sup> Ver Souza (2023, p. 50-52, 54-55).

(Lógica de Port-Royal).

ARISTÓTELES. *La Metaphysique* – tome I. Tradução de J. Tricot. Paris: J. Vrin, 1991.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. *Órganon*. Bauru (SP): Edipro, 2010.

BLANCHÉ, R. *História da lógica de Aristóteles a Bertrand Russell*. Lisboa: Ed. 70, 1985.

BORDIGNON, M. Lógica formal, transcendental e especulativa. *Revista Filosófica de Coimbra*, v. 52, p. 311-338, 2017.

FOULQUIÉ, P. *A Dialética*. Sintra: Publicações Europa-América, 1978.

KANT, I. *Gesammelten Werken der Akademie Ausgabe aus den Bänden 1-23* (Elektronische Edition). Band III: *Kritik der reinen Vernunft* (2. Aufl. 1787). Band IV: *Prolegomena* (1783) und *Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft* (1786). Band IX: *Logik* (1800). Seit 2008. Disponível em: <http://kant.korpora.org>. Acesso em jul. de 2024.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1980. (Col. Os Pensadores).

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1997.

KANT, I. *Lógica*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1992.

KANT, I. *Manual dos cursos de lógica geral*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

KANT, I. *Princípios metafísicos da ciência da natureza*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

KANT, I. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Lisboa: Ed. 70, 1988.

HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

HEGEL, G. *Ciência da lógica: doutrina do ser*. Petrópolis/Bragança Paulista: Ed. Vozes/Ed. Universitária São Francisco, 2016.

HEGEL, G. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio – 1830: a ciência da lógica*. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

KNEALE, W. The provide the logic. In: LEWIS (Org.). *Contemporary British Philosophy: Personal Statements, Third Series*. London: Allen and Unwin, p. 235-261, 1956.

LONGUENESSE, B. *Kant e o poder de julgar*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2019.

LOPARIC, Z. *A semântica transcendental de Kant*. Campinas: Unicamp, 2000.

MARTINS, M. M. B. As três ciências teóricas em Aristóteles: uma leitura da Metafísica E, 1-2 e N 2-3. *Medievalia*, v. 25, p. 47-64, 2006.



- PATON, H. *Kant's metaphysics of experience*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1936.
- POPPER, K. *A Lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2013.
- QUINE, W. *Filosofia da lógica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1972.
- RIBEIRO, F. Silogismo e demonstração na concepção de conhecimento científico dos *Analíticos* de Aristóteles. In: ANGIONI, L. *Lógica e ciência em Aristóteles*. Campinas: Ed. Phi, 2014.
- RYLE G. *Dilemmas: The Turner Lectures*. Cambridge: Cambridge University Press, 1953. (Cambridge Philosophy Classics).
- ROSS, D. *Aristóteles*. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1987.
- SCHERER, F. Método analítico na filosofia de Kant. *Estudos Kantianos*, v. 7, n. 1, p. 67-80, jan-jun. 2019.
- SOUZA, L. Kant e o conceito da lógica aristotélica: o problema da forma e do conteúdo nas ciências formais. *Studia Kantiana*, v. 21, n. 3, p. 41-56, dez. 2023.
- TUGENDHAT, E. *Propedêutica lógico-semântica*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- STRAWSON, P. *The bounds of sense*. London/New York: Methuen & Co., 1985.
- WOLFF, C. *Vernünfftige Gedanken. Von den Kräften des menschlichen Verstandes und ihrem richtigen Gebrauche in Erkenntnis der Wahrheit*. Magdeburgifchen: Nengerischen Buchhandl, 1749. Disponível: <https://www.digitale-sammlungen.de/de/view/bsb11274157?page=1>. Acesso em jul. de 2024.